

Edição v. 44
número 1 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 44 (1)
jan/2025-abr/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Estratégias Multidimensionais na Prevenção ao Extremismo Violento: Integração de Narrativas, Tecnologias e Engajamento Comunitário

Multidimensional Strategies for Preventing Violent Extremism: Integrating Narratives, Technologies, and Community Engagement

TIAGO ANDRADE

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: tiago.negrao@unesp.br
ORCID: 0000-0002-5352-9798

MARIA CRISTINA GOBBI

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: cristina.gobbi@unesp.br
ORCID: 0000-0001-5629-5010

PPG|COM Programa de Pós Graduação
COMUNICAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO UFF

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Tiago; GOBBI, Maria Cristina. Estratégias Multidimensionais na Prevenção ao Extremismo Violento: Integração de Narrativas, Tecnologias e Engajamento Comunitário. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 1. 2025.

Submissão em: 23/12/2025. Revisor A: 10/02/2025; Revisor B: 12/03/2025. Aceite em: 15/04/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i1.65896>



Resumo

A radicalização e o extremismo violento representam desafios globais significativos, intensificados pelo uso de tecnologias digitais e redes sociais. Este estudo investigou abordagens multidimensionais para a prevenção do extremismo, organizadas em cinco eixos: estratégias narrativas, dimensão regional, sensibilidade ao gênero, conexão digital-física e engajamento comunitário. Por meio de uma revisão sistemática de estudos qualitativos e quantitativos, analisaram-se iniciativas eficazes na desarticulação de discursos extremistas e na promoção de resiliência social. Os resultados destacam a importância de intervenções personalizadas e culturalmente adaptadas, combinadas com estratégias regionais, colaboração comunitária e integração entre tecnologias digitais e abordagens educacionais. O estudo conclui que a prevenção ao extremismo violento requer soluções integradas, inclusivas e eticamente fundamentadas, capazes de abordar as complexidades dos fatores de risco associados à radicalização. Além disso, propõe-se o desenvolvimento de frameworks interdisciplinares para alinhar esforços locais e globais, promovendo intervenções mais robustas e sustentáveis.

Palavras-chaves

Prevenção do extremismo; Radicalização digital; Contra-narrativas; Engajamento comunitário; Educação.

Abstract

Radicalization and violent extremism represent significant global challenges, intensified by the use of digital technologies and social media. This study investigated multidimensional approaches to preventing extremism, organized into five key areas: narrative strategies, regional dimensions, gender sensitivity, digital-physical connection, and community engagement. Through a systematic review of qualitative and quantitative studies, effective initiatives for dismantling extremist discourses and promoting social resilience were analyzed. The results highlight the importance of personalized and culturally adapted interventions combined with regional strategies, community collaboration, and the integration of digital technologies with educational approaches. The study concludes that preventing violent extremism requires integrated, inclusive, and ethically grounded solutions capable of addressing the complexities of risk factors associated with radicalization. Furthermore, it proposes the development of interdisciplinary frameworks to align local and global efforts, fostering more robust and sustainable interventions.

Keywords

Extremism prevention; Digital radicalization; Counter-narratives; Community engagement; Education.

Introdução

A radicalização e o extremismo violento emergem como desafios centrais no cenário global contemporâneo, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado pelas tecnologias digitais. Esses fenômenos impactam diretamente a segurança internacional, o bem-estar social e a estabilidade política, demandando respostas estratégicas e coordenadas (Beutel *et al.*, 2016; Pearson, 2015). A disseminação de narrativas extremistas e o uso intensivo de redes sociais para recrutamento e propaganda ampliam a urgência de abordagens inovadoras e baseadas em evidências para a prevenção e mitigação desses riscos (Speckhard *et al.*, 2020; Borelli, 2021).

Tendências recentes destacam o papel crucial de estratégias de contra-narrativa, abordagens comunitárias e tecnologias emergentes na contenção do extremismo, especialmente entre grupos vulneráveis (Ganesh e Bright, 2020; Anis, 2018). A pesquisa sobre prevenção do extremismo evoluiu significativamente, incorporando elementos como a adaptação de narrativas a públicos específicos, intervenções sensíveis ao gênero e aplicações de teorias sociais e ecológicas para mapear vulnerabilidades e desenvolver soluções (Day; Kleinmann, 2017; Puigvert *et al.*, 2020; Ghosh *et al.*, 2023).

Este estudo analisa, de forma abrangente, fatores técnicos, sociais e culturais que sustentam as dinâmicas do extremismo e da radicalização, baseando-se em dados empíricos e teóricos. Campanhas de contra-narrativas (Speckhard e Ellenberg, 2020), abordagens comunitárias (Puigvert *et al.*, 2020) e intervenções educacionais (Kulidtod, 2019) têm demonstrado eficácia em diferentes contextos, enquanto a integração entre espaços digitais e físicos ressalta como experiências online moldam comportamentos offline (Ganesh e Bright, 2020; Valentini *et al.*, 2020). Essas perspectivas enriquecem a compreensão sobre o tema e ampliam as possibilidades de intervenção preventiva.

Comparado a abordagens convencionais, este estudo apresenta avanços ao incorporar metodologias interdisciplinares e análises contextuais. Destacam-se iniciativas como a personalização de narrativas (Bélanger *et al.*, 2020) e o uso de ferramentas digitais hiper-direcionadas (Speckhard *et al.*, 2020). No entanto, persistem lacunas relacionadas às dinâmicas sociais e emocionais que afetam a eficácia das estratégias preventivas (Haq *et al.*, 2020).

O extremismo é um fenômeno global, com características comuns observadas em diversos continentes, como polarização social, discursos de ódio e a instrumentalização de narrativas de direitos para promover agendas antidemocráticas. No Brasil, Brito e Reis (2024) evidenciam que grupos extremistas de direita combinam militarismo, conservadorismo religioso e ativismo pró-armas, utilizando estratégias semelhantes às empregadas em contextos como os Estados Unidos, onde movimentos de extrema-direita se apropriam de retóricas nacionalistas e religiosas para justificar ações violentas. Da mesma forma, a ascensão de grupos extremistas na Europa, Ásia e África que exploram crises migratórias e econômicas para disseminar xenofobia e intolerância, encontra paralelos no Brasil, onde a extrema-direita mobiliza narrativas de guerra cultural e defesa da família tradicional para consolidar apoio. Essas dinâmicas locais refletem tendências globais, reforçando a necessidade de abordagens integradas que combinem educação, diálogo intercultural e fortalecimento de instituições democráticas para combater o extremismo de forma eficaz.

Entre os desafios destacados estão o equilíbrio entre liberdade de expressão e moderação de conteúdos extremistas nas redes sociais, e a necessidade de maior colaboração entre governos e plataformas digitais (Borelli, 2021; Henschke; Reed, 2021). Além disso, há falta de dados robustos sobre o impacto de narrativas específicas (Mwalimu; Muna, 2023) e controvérsias em torno de abordagens sensíveis ao gênero (Putri, 2022). O estudo também reconhece limitações como a dificuldade em medir os efeitos de longo prazo de intervenções preventivas, buscando avançar o debate.

Este estudo alinha-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao propor estratégias para promover

sociedades mais inclusivas e resilientes. Adicionalmente, dialoga com o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao enfatizar o papel da educação na construção de contra-narrativas críticas; com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ao abordar a radicalização sob uma perspectiva sensível às questões de gênero; e com o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao destacar a necessidade de intervenções contextualizadas que considerem disparidades regionais e socioeconômicas. Dessa forma, a pesquisa contribui para um debate ampliado sobre políticas públicas e ações integradas capazes de enfrentar as complexidades da radicalização na era digital.

O objetivo central deste artigo é explorar e sintetizar os achados mais recentes sobre estratégias de prevenção ao extremismo, com foco em contra-narrativas, engajamento comunitário e intervenções educacionais. A pergunta de pesquisa que orienta este trabalho é: quais estratégias têm se mostrado mais eficazes na prevenção do extremismo violento em diferentes contextos sociais e digitais? A hipótese central é que intervenções personalizadas, sensíveis ao contexto social e ao uso de ferramentas digitais possuem maior eficácia na mitigação de fatores de risco associados à radicalização, especialmente entre grupos vulneráveis. Para atingir esses objetivos, o artigo identifica práticas bem-sucedidas no uso de contra-narrativas e integração de abordagens digitais e físicas, analisa o papel das dinâmicas sociais, culturais e emocionais na radicalização e propõe diretrizes para o desenvolvimento de políticas preventivas mais eficazes.

Por meio dessa abordagem, o estudo visa contribuir para o avanço das discussões, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a formulação de estratégias mais robustas no combate ao extremismo violento.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem sistemática para explorar as interações entre hacktivismo, governos e prevenção do extremismo digital. Seguindo as diretrizes do PRISMA, foram analisados estudos qualitativos e quantitativos publicados entre 2010 e 2023 em bases como Scopus, Web of Science e IEEE Xplore. As palavras-chave incluíram contra-extremismo, prevenção ao extremismo, radicalização, narrativas extremistas e engajamento comunitário contra extremismo. Critérios de inclusão abrangeram estudos focados em estratégias de prevenção ao extremismo, enquanto publicações sem revisão por pares ou metodologia transparente foram excluídas. A extração de dados seguiu um formulário estruturado, e a análise foi realizada por dois revisores independentes, utilizando métodos temáticos e estatísticas descritivas para identificar padrões e tendências.

Resultados e Discussão

Os resultados foram analisados e discutidos em cinco eixos principais, baseados nas abordagens temáticas identificadas na literatura: Estratégias Narrativas, Contextos Regionais e Comunitários, Sensibilidade ao Gênero, Conexão Digital-Física e Educação e Colaboração Comunitária. Cada eixo traz evidências específicas extraídas dos estudos revisados, seguidas de uma análise integrada e crítica, destacando as contribuições e limitações de cada abordagem.

Estratégias Narrativas no Combate ao Extremismo Violento: Personalização e Efetividade

As narrativas estratégicas desempenham um papel essencial na mitigação do extremismo violento, especialmente quando são personalizadas para atender a públicos específicos. Beutel *et al.* (2016) estabelecem diretrizes fundamentais para a construção de narrativas eficazes, enfatizando a

importância de mensagens culturalmente adaptadas e emocionalmente ressonantes para alcançar públicos vulneráveis. Este princípio é corroborado por Mitts (2021), que demonstra a capacidade de grupos extremistas de ajustarem seus comportamentos em resposta a campanhas de contra-extremismo, indicando a necessidade de abordagens adaptativas e inovadoras. Mitts (2021) complementa essa discussão ao revelar que, em vez de desradicalizar, os esforços de contrarradicalização podem levar simpatizantes extremistas a adotar estratégias de evasão, como a autocensura em redes sociais públicas, a alteração de perfis e a migração para plataformas criptografadas, como o Telegram, onde suas atividades se tornam menos visíveis. Essas descobertas destacam a complexidade do combate ao extremismo na era digital e a necessidade de estratégias mais dinâmicas, que considerem não apenas a criação de narrativas eficazes, mas também o monitoramento e a adaptação contínua às táticas de evasão empregadas por esses grupos.

Por outro lado, Anis (2018) oferece evidências práticas ao demonstrar como campanhas direcionadas a jovens indonésios obtiveram sucesso ao incorporar elementos das realidades sociais e culturais desse grupo. O estudo destaca que, em um contexto no qual a geração millennial é altamente influenciada por redes sociais e propensa à radicalização, estratégias narrativas personalizadas podem não apenas alcançar, mas também impactar profundamente populações específicas, como mostrado pelas iniciativas de contra-narrativas promovidas pelo governo, ONGs e universidades. No entanto, Bélanger *et al.* (2020) alertam para limitações significativas, evidenciando que contra-narrativas mal elaboradas ou direcionadas a públicos de alto risco podem ter efeitos contraproducentes. Em um experimento com muçulmanos americanos, os autores constataram que, embora contra-narrativas políticas tenham tido um efeito positivo geral, elas aumentaram o apoio ao Estado Islâmico do Iraque (ISIS) entre indivíduos com maior propensão à radicalização.

Além disso, Puigvert *et al.* (2020) reforçam a importância de complementar as narrativas com esforços comunitários, destacando que o fortalecimento de laços sociais e familiares é crucial para o sucesso de estratégias de prevenção à radicalização. Baseados no projeto PROTON (Savona, 2016), os autores analisaram práticas eficazes em seis países europeus, identificando características comuns entre iniciativas locais, como associações comunitárias, instituições educacionais e ONGs. Essas práticas incluem uma abordagem de baixo para cima, que envolve a colaboração de atores-chave da comunidade e familiares, a promoção de relações de amizade saudáveis e confiáveis e o desmonte da idealização de figuras violentas (falsos heróis) em diferentes contextos, especialmente no âmbito socioeducativo. Essa abordagem holística não apenas amplia o impacto das campanhas narrativas, mas também cria um ambiente onde os fatores de risco são abordados em múltiplos níveis, fortalecendo a resiliência das comunidades contra a radicalização violenta.

Apesar do sucesso em diversos contextos, a implementação de contra-narrativas ainda enfrenta desafios. Entre eles, destaca-se a medição da eficácia de longo prazo dessas campanhas, bem como a necessidade de evitar efeitos adversos, como polarização social ou a intensificação de crenças extremistas em determinados grupos. Speckhard e Ellenberg (2020) evidenciam que campanhas em redes sociais, como a disseminação de vídeos curtos, são ferramentas poderosas para reduzir a influência de grupos extremistas, mas ressaltam que seu sucesso depende de um monitoramento contínuo e de ajustes dinâmicos com base no feedback das audiências. Para maximizar a eficácia, é essencial que essas estratégias sejam precisamente direcionadas, culturalmente sensíveis e apoiadas por análises de dados robustas, garantindo que as mensagens não apenas alcancem o público-alvo, mas também promovam mudanças comportamentais duradouras e a desconstrução de ideologias violentas.

O combate ao extremismo violento exige estratégias além da repressão, priorizando abordagens integradas e baseadas em direitos humanos. O Conselho de Segurança da ONU, por meio das resoluções 1624 (2005), 2178 (2014), 2242 (2015) e 2354 (2017), destaca a importância da participação da sociedade civil, incluindo mulheres, jovens e líderes comunitários, na prevenção da radicalização. Medidas eficazes

incluem a promoção de narrativas alternativas, inclusão social e parcerias público-privadas para reduzir a influência de grupos terroristas (Conselho de Segurança da ONU, 2021). No entanto, o sucesso dessas estratégias depende da implementação coordenada e sustentável pelos Estados.

O Plano de Ação para Prevenir o Extremismo Violento, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, à Assembleia Geral em 15 de janeiro de 2016, propõe uma abordagem abrangente que vai além das tradicionais medidas de segurança. O documento enfatiza a necessidade de ações preventivas sistemáticas para abordar as condições subjacentes que levam à radicalização e à adesão a grupos extremistas violentos. Composto por mais de 70 recomendações destinadas aos Estados-Membros e ao Sistema das Nações Unidas, o plano destaca a importância de uma ação internacional coordenada para enfrentar as causas profundas do extremismo violento e promover sociedades mais pacíficas e resilientes.

A UNESCO implementa programas de Educação para a Cidadania Global (GCED) para fortalecer sistemas educacionais na prevenção do extremismo violento (CHOI, 2016). Esses programas desenvolvem conhecimentos, habilidades e valores essenciais para promover paz, diversidade e engajamento cívico. A GCED forma cidadãos críticos, capazes de questionar narrativas extremistas e agir construtivamente. A UNESCO também combate causas do extremismo, como marginalização e falta de acesso à educação, por meio de políticas que promovem inclusão, diálogo intercultural e direitos humanos, visando sociedades mais resilientes e pacíficas.

No Brasil, a ascensão da extrema-direita, analisada por Brito e Reis (2024), oferece um exemplo claro de como narrativas extremistas podem ser eficazes ao se apropriar de elementos culturais e históricos locais. A tríade Boi-Bala-Bíblia — que representa o agronegócio, as forças de segurança e o conservadorismo religioso — ilustra como a extrema-direita no Brasil construiu uma gramática meta-política que ressoa com o senso comum e captura afetos já presentes na população, como o nacionalismo e a desconfiança nas instituições. Essa estratégia narrativa, que mistifica as contradições do capitalismo e promove uma visão de mundo baseada na guerra e na ameaça existencial, demonstra a importância de contra-narrativas que desconstruam essas ideologias de forma culturalmente adaptada. Para enfrentar essa realidade, é necessário desenvolver novas formas de comunicação e atuação, evitando mimetizar a lógica de guerra da extrema-direita, mas entendendo sua eficácia no contexto das plataformas digitais. A disputa política deve ocorrer nas camadas de recrutamento da extrema-direita, onde ela captura novos adeptos, especialmente em espaços digitais e territórios interiorizados.

A personalização das narrativas é indispensável para a eficácia de estratégias contra-extremismo. No entanto, essas iniciativas devem ser parte de uma abordagem integrada que combine elementos narrativos, esforços comunitários e avaliação contínua, assegurando que os impactos desejados sejam alcançados de maneira sustentável e ética. No Brasil, isso significa não apenas desconstruir as narrativas da extrema-direita, mas também promover alternativas que fortaleçam a democracia e a inclusão social, enfrentando as raízes históricas e culturais do extremismo violento.

Dimensão Regional: Desafios e Soluções para a Prevenção do Extremismo Localizado

O contexto regional emerge como um fator crítico na compreensão das dinâmicas de radicalização, exigindo estratégias que levem em conta especificidades culturais, sociais e econômicas. Rossi (2021) destaca como o Estado Islâmico utiliza propaganda sofisticada para explorar a marginalização de comunidades, apresentando-se como uma alternativa para grupos que enfrentam opressões estatais e desigualdades econômicas, contando com uma rede que convoca indivíduos vulneráveis a se transformarem em combatentes terroristas estrangeiros ou lobos solitários. Övet *et al.* (2022) analisam a radicalização no sudeste da Turquia, destacando que fatores estruturais, como opressão estatal contra minorias étnicas, desigualdades econômicas, geografia e demografia local, atuam como catalisadores

para a adesão a movimentos extremistas. Diferente da literatura tradicional, que separa fatores de pressão (estruturais) e atração (ideológicos), o estudo mostra que, nessa região, os fatores estruturais funcionam como ambos, pressionando e atraindo indivíduos para a radicalização. Isso amplia o potencial de recrutamento, evidenciando como a marginalização política e a falta de oportunidades econômicas alimentam narrativas violentas.

Kortam (2023) analisam o papel do Strong Cities Network (SCN) na prevenção do extremismo violento em nível local, destacando iniciativas em cidades como Copenhague e Nairóbi. Os autores demonstram que a colaboração entre municípios permite a troca de boas práticas e a adaptação de estratégias globais a contextos locais. O estudo evidencia que o SCN teve sucesso ao integrar políticas públicas, ações comunitárias e parcerias internacionais, criando uma rede de cidades resilientes. Essa abordagem regionalizada mostrou-se eficaz ao abordar as causas locais do extremismo, como desigualdades sociais e marginalização, enquanto promove a inclusão e a coesão social.

Harawa (2024) examina a atuação da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) no combate à insurgência do grupo Ansar Al-Sunna em Moçambique, por meio da missão SAMIM. Embora as operações tenham alcançado ganhos táticos, o estudo aponta que a falta de vontade política no nível estadual é o principal fator que impede uma vitória completa. A ausência de comprometimento com recursos e políticas que abordem as causas profundas da insurreição em Cabo Delgado limita a eficácia da cooperação regional. Essa análise levanta uma questão central: a cooperação internacional, por si só, não é suficiente sem o alinhamento com estratégias locais adaptadas e um engajamento político consistente. Portanto, discute-se até que ponto a falta de vontade política local pode minar iniciativas regionais e como superar esse desafio para garantir o sucesso de estratégias de contra-extremismo.

Shafieioun e Haq (2023) complementam essa análise ao explorar como normas sociais, discriminações e exclusões culturais amplificam as vulnerabilidades à radicalização. Utilizando frameworks teóricos como a psicologia processual de Arnold Mindell e a fenomenologia da branquitude de Sara Ahmed, os autores mapeiam dinâmicas sociais que levam indivíduos a buscar nichos em grupos extremistas. Por meio de entrevistas com ex-militantes do Estado Islâmico, o estudo demonstra que injustiças sociais, marginalização, discriminação e abuso de poder são fatores-chave que impulsionam a identificação com ideologias radicais. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender as dinâmicas sociais subjacentes para desenvolver medidas preventivas eficazes. Em um contexto diferente, Anis (2018) apresenta exemplos positivos de campanhas culturais específicas na Indonésia, que demonstraram eficácia ao engajar jovens vulneráveis e marginalizados, destacando a importância de abordagens contextualizadas para combater a radicalização. Juntos, esses estudos evidenciam que tanto fatores sociais amplos quanto intervenções localizadas são essenciais para enfrentar o extremismo.

No entanto, o sucesso dessas estratégias localizadas apresenta um desafio de replicabilidade e escalabilidade. Soluções que funcionam em um contexto podem não ser facilmente aplicáveis em outro devido às diferenças culturais e estruturais. Por exemplo, Speckhard *et al.* (2020) relatam que campanhas hiper-direcionadas no Facebook mostraram resultados positivos em perfis vulneráveis ao ISIS, mas a dependência de tecnologia avançada e conhecimento detalhado dos públicos-alvo limita sua aplicabilidade em regiões com acesso limitado a recursos digitais.

Ganesh e Bright (2020) abordam os desafios éticos e práticos da moderação de conteúdo em redes sociais, questionando como equilibrar a segurança contra o extremismo com a garantia da liberdade de expressão, especialmente em contextos onde a confiança no governo é frágil. Os autores destacam que extremistas utilizam plataformas digitais para propagar narrativas de ódio, recrutar membros e compartilhar informações operacionais, o que exige respostas políticas eficazes. No entanto, as soluções propostas, como comunicação estratégica e moderação de conteúdo, enfrentam dilemas significativos: como limitar a exposição a ideologias extremistas sem infringir direitos fundamentais? O estudo critica a falta de consenso sobre os limites da restrição à liberdade de expressão e aponta para a complexidade de

iniciativas multissetoriais, que muitas vezes ignoram contextos locais e a diversidade de atores envolvidos. Isso levanta uma discussão crucial: até que ponto as estratégias globais de moderação de conteúdo são eficazes ou mesmo éticas em realidades onde a desconfiança nas instituições é alta? A crítica central é que, sem uma abordagem contextualizada e inclusiva, essas medidas podem ampliar a marginalização e a desconfiança, em vez de combater o extremismo. Portanto, discute-se a necessidade de repensar como essas iniciativas são concebidas e implementadas, garantindo que não reforcem as mesmas dinâmicas que pretendem combater.

Nas Américas, a atuação de líderes políticos de direita durante a pandemia de Covid-19, como Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos, exemplifica como discursos anticiência e a promoção de desinformação podem impactar negativamente a saúde pública. Nos EUA, Trump frequentemente defendeu o uso da hidroxicloroquina e da cloroquina como tratamentos eficazes, apesar da falta de evidências científicas, o que resultou em picos de buscas por esses termos entre seus apoiadores, que também demonstraram maior propensão a rejeitar medidas de saúde pública, como o uso de máscaras e o distanciamento social (Szmuda *et al.*, 2020). No Brasil, Bolsonaro seguiu um caminho semelhante, minimizando a gravidade da pandemia, promovendo medicamentos não comprovados e criticando medidas de isolamento. Essa postura refletiu-se em buscas por termos como Cloroquina e Ivermectina, que atingiram picos durante seus pronunciamentos, além de ampliar a desconfiança nas instituições de saúde e a adesão a fake news (Sauvayre, 2023). Como resultado, de acordo com dados da Johns Hopkins University (2023),¹ ambos os países figuraram entre os que registraram o maior número de mortes por Covid-19, evidenciando como a instrumentalização política da desinformação pode ter consequências devastadoras para a saúde pública e a estabilidade social. Essa crítica ressalta a necessidade de enfrentar discursos extremistas que colocam agendas ideológicas acima do bem-estar coletivo.

A prevenção do extremismo em contextos regionais exige estratégias multifacetadas que combinem ações localizadas com cooperação internacional. A restauração da confiança entre comunidades marginalizadas e o Estado é essencial para o sucesso dessas abordagens, mas soluções regionais devem ser integradas a políticas globais para ampliar sua eficácia e sustentabilidade.

Sensibilidade ao Gênero: Abordagens Inclusivas no Combate ao Extremismo

A análise de abordagens sensíveis ao gênero no combate ao extremismo ressalta a importância de considerar dinâmicas específicas que tornam mulheres e outros grupos vulneráveis a narrativas radicais. Pearson (2015), ao examinar o caso de Roshonara Choudhry, destaca como questões de gênero e isolamento online contribuíram para sua radicalização. Esse estudo enfatiza que a análise de gênero deve ser central em estratégias de prevenção, especialmente quando fatores sociais e emocionais interagem para amplificar a vulnerabilidade.

A sensibilidade ao gênero no combate ao extremismo violento é essencial para abordar vulnerabilidades específicas que afetam mulheres e outros grupos marginalizados. Putri (2022) defende que políticas baseadas em gênero, como as implementadas na Europa, podem ser adaptadas a contextos como o da Indonésia, onde a participação de mulheres em atividades terroristas tem crescido. No entanto, a autora alerta para os desafios culturais que dificultam a implementação dessas estratégias, especialmente em sociedades onde normas tradicionais resistem a mudanças. Henschke e Reed (2021) complementam essa discussão ao destacar os dilemas éticos da moderação de conteúdo extremista,

¹ De acordo com o COVID-19 Dashboard da Johns Hopkins University, até o ano de 2023, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar no ranking global de mortes por COVID-19, seguidos por Brasil (2º), Índia (3º), Rússia (4º) e México (5º). Esses dados evidenciam a correlação entre desinformação, instabilidade político-institucional e falhas na gestão da crise sanitária.

argumentando que intervenções de gênero devem equilibrar eficácia e sensibilidade cultural para evitar a marginalização adicional de grupos vulneráveis. Portanto, a integração de gênero nas políticas de prevenção ao extremismo exige não apenas adaptação local, mas também um compromisso ético com a inclusão e os direitos humanos, garantindo que as estratégias não reforcem as desigualdades que buscam combater.

O relatório da ONU Mulheres (2016) explora o papel das mulheres no extremismo violento, tanto como recrutadas quanto como agentes de prevenção. O estudo argumenta que abordagens sensíveis ao gênero, como a campanha *Women and Extremism*, são essenciais para entender como as mulheres são alvo de recrutamento e como podem ser empoderadas para prevenir a radicalização. As evidências mostram que estratégias que envolvem mulheres em diálogos comunitários e programas de educação têm sido eficazes em reduzir a vulnerabilidade ao extremismo. Além disso, o estudo destaca a importância de incluir perspectivas de gênero nas políticas de combate ao extremismo, garantindo que as mulheres sejam vistas como parceiras estratégicas, e não apenas como vítimas.

Mitts (2021) aponta um risco importante: enquanto as campanhas de contra-narrativas podem ser eficazes em determinados grupos, algumas mensagens podem levar extremistas a adaptarem suas estratégias ou migrarem para plataformas mais seguras, reforçando a necessidade de constante monitoramento e ajustes nas políticas.

Além disso, Bélanger *et al.* (2020) mostram que o impacto das contra-narrativas é limitado em públicos de alto risco, evidenciando a necessidade de estratégias ainda mais personalizadas e inclusivas para abordar as especificidades de gênero. Estratégias unidimensionais podem não apenas ser ineficazes, mas também reforçar crenças radicais em determinados grupos.

No Brasil, a extrema-direita tem se organizado em torno de uma agenda antidireitos, que nega ou restringe avanços em questões de gênero, sexualidade, raça e justiça de transição, como destacam Brito e Reis (2024). Essa agenda é sustentada por uma combinação de anticomunismo, militarismo e conservadorismo religioso, que se articulam em movimentos como o Escola Sem Partido e grupos pró-vida, que buscam impedir a educação inclusiva e os direitos reprodutivos. O governo Bolsonaro (2019-2022) exemplificou essa tendência, ao promover políticas que reforçaram a militarização, o autoritarismo e a oposição a pautas progressistas, atualizando tradições históricas da direita brasileira em um contexto contemporâneo. No entanto, a resistência a esses retrocessos tem sido significativa, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil lutando para preservar conquistas democráticas. Assim, o combate ao extremismo no Brasil exige não apenas a desconstrução das narrativas antidireitos, mas também a promoção de políticas inclusivas que enfrentem as raízes históricas e culturais do conservadorismo, garantindo a proteção dos direitos humanos e a ampliação da democracia.

As abordagens sensíveis ao gênero são essenciais para mitigar vulnerabilidades específicas e promover intervenções mais inclusivas no combate ao extremismo. No entanto, essas estratégias devem ser culturalmente adaptadas e combinadas com esforços comunitários e educacionais, garantindo maior eficácia e minimizando possíveis efeitos colaterais. O equilíbrio entre eficácia e sensibilidade cultural deve ser cuidadosamente monitorado, considerando as dinâmicas regionais e as limitações éticas.

Conexão Digital-Física: Transformações no Espaço Radical

A relação entre os espaços digitais e físicos no processo de radicalização revela uma dimensão crítica no enfrentamento do extremismo moderno. Valentini *et al.* (2020) examinam a hibridização entre experiências online e offline promovida por redes digitais, mostrando como grupos como o ISIS exploram essas interações para fortalecer suas narrativas. O estudo destaca que a prevenção ao extremismo deve levar em conta essa interseção, especialmente entre os jovens, que frequentemente transitam entre esses espaços.

Ganesh e Bright (2020) complementam ao apontar os desafios éticos e operacionais enfrentados por plataformas digitais na moderação de conteúdo extremista. As plataformas devem equilibrar segurança pública com liberdade de expressão, uma questão central nas estratégias digitais. A moderação excessiva pode alienar usuários e gerar novas formas de radicalização subterrânea, enquanto a moderação insuficiente permite a disseminação de propaganda extremista.

Borelli (2021) reforça a relevância de plataformas como Facebook, Instagram e X (Twitter) no combate ao extremismo, destacando seu papel ativo na identificação e exclusão de conteúdo extremista. No entanto, o autor observa críticas quanto à falta de transparência e consistência nas políticas de moderação, um problema que limita a eficácia dessas iniciativas. Esses achados sugerem que a regulamentação internacional e a cooperação entre governos e empresas de tecnologia são essenciais para maximizar o impacto das intervenções digitais. A partir de 2025, após a vitória de Trump nas eleições norte-americanas, as regras de moderação das plataformas sofreram mudanças significativas. Conforme estudo divulgado pelo G1 (2025) e amplamente repercutido em veículos de comunicação ao redor do mundo, as novas regras da Meta, dona do Instagram e do Facebook, devem afetar 97% da moderação contra discurso de ódio. Em janeiro de 2025, a Meta anunciou que postagens com violações de menor gravidade só serão revisadas se denunciadas pelos usuários. O Centro de Combate ao Ódio Digital (CCDH) alertou que essa mudança pode resultar em uma onda de 277 milhões de publicações com conteúdo prejudicial não moderado.

Pearson (2015), ao investigar a radicalização de mulheres em ambientes digitais, argumenta que gênero e isolamento online amplificam vulnerabilidades específicas. As estratégias preventivas devem, portanto, considerar como dinâmicas de gênero interagem nos espaços digitais, gerando um campo híbrido de engajamento radical.

Ebner (2020) examina a eficácia de estratégias que combinam monitoramento online de discursos de ódio com ações comunitárias offline. A autora argumenta que a integração entre o digital e o físico é crucial para combater o extremismo, já que as narrativas radicais frequentemente se espalham online, mas têm impacto real no mundo físico. Embora o livro não mencione diretamente o Online Civil Courage Initiative (OCCI), ele reforça a importância de abordagens híbridas que criam uma resposta coordenada contra o extremismo, tanto no ambiente virtual quanto no presencial. Apesar dos avanços, Mwalimu e Muna (2023) alertam que abordagens não-violentas em ambientes digitais precisam ser combinadas com engajamento comunitário para garantir resultados sustentáveis. A interação entre espaços online e offline não pode ser negligenciada, uma vez que muitas vulnerabilidades digitais têm raízes em contextos sociais e econômicos locais. Por outro lado, Speckhard *et al.* (2020) mostram que campanhas hiper-direcionadas podem ser eficazes na redução de atitudes pró-extremismo, especialmente quando usadas para atingir perfis vulneráveis em redes sociais. Essas iniciativas evidenciam o potencial de intervenções digitais para modificar comportamentos em contextos específicos.

No Brasil, a instrumentalização das redes sociais pela extrema direita evidencia como o ambiente digital pode ser manipulado para promover agendas antidemocráticas e influenciar ações no mundo físico. Um exemplo emblemático ocorreu durante o ataque de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Bolsonaro vandalizaram prédios governamentais em Brasília, em um episódio que ecoou o ataque ao Capitólio dos EUA. Ozawa *et al.* (2024) analisaram mais de 15 mil grupos públicos no WhatsApp e revelaram que o X (Twitter) foi uma das principais plataformas na disseminação de propaganda relacionada a temas como religião, nacionalismo e forças armadas. Esses conteúdos, posteriormente amplificados no WhatsApp, criaram um ciclo de desinformação que exacerbou a polarização política e minou a estabilidade democrática. Esse caso ilustra como a interação entre plataformas digitais pode ser usada para manipular discursos e mobilizar ações concretas no espaço físico. O WhatsApp, em particular, tornou-se uma ferramenta central para a organização e disseminação de narrativas extremistas, conectando o ambiente online ao mundo real de forma perigosa. A capacidade de essas redes amplificarem desinformação e

promoverem agendas antidemocráticas revela a urgência de discutir como regulamentar e combater o uso abusivo dessas plataformas, sem comprometer a liberdade de expressão. A conexão entre o digital e o físico, portanto, não é apenas uma questão tecnológica, mas um desafio central para a preservação da democracia (Brito; Reis, 2024)

A conexão entre espaços digitais e físicos é um aspecto fundamental para compreender e combater o extremismo moderno. Estratégias de prevenção devem integrar tecnologias digitais, políticas inclusivas e engajamento comunitário, reconhecendo que narrativas extremistas frequentemente operam nesses espaços híbridos. A regulamentação de plataformas digitais e o desenvolvimento de campanhas hiper-direcionadas são essenciais, mas precisam ser apoiados por esforços que abordem fatores sociais subjacentes.

Educação como Pilar Central na Prevenção ao Extremismo

A educação emerge como um pilar central na prevenção ao extremismo, não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas como uma ferramenta transformadora capaz de construir resiliência social, promover valores democráticos e desconstruir narrativas radicais. Kulidtod (2019) oferece uma base sólida para essa discussão ao destacar o papel das instituições educacionais no Sudeste Asiático. O estudo mostra que a educação pode estruturar diálogos críticos e fornecer ferramentas intelectuais que ajudam os jovens a resistirem à propaganda extremista. No entanto, o impacto da educação vai além do desenvolvimento cognitivo: ela é um veículo eficaz para a formação de valores como tolerância, respeito às diferenças e amor pela paz. Esses valores são essenciais para combater a radicalização, pois atuam diretamente na desconstrução de ideologias que promovem o ódio e a violência. A educação, nesse sentido, não é apenas preventiva, mas também reparadora, ao reconstruir o tecido social em comunidades vulneráveis.

Complementando essa perspectiva, Aldera *et al.* (2021) trazem uma dimensão tecnológica crucial para o debate. Em um mundo cada vez mais digital, onde redes sociais são instrumentalizadas por grupos extremistas para disseminar propaganda e recrutar membros, a educação precisa incorporar ferramentas que preparem os jovens para navegar nesse ambiente de forma segura e crítica. O estudo analisa como sistemas de inteligência artificial podem ser integrados aos currículos educacionais para identificar e combater conteúdos extremistas online. Essa abordagem não apenas protege os jovens da exposição a narrativas prejudiciais, mas também os capacita a reconhecer e questionar discursos manipulativos. A integração de tecnologia e educação, portanto, não é um luxo, mas uma necessidade urgente em um contexto onde a radicalização ocorre cada vez mais no espaço digital.

No entanto, a educação não deve se limitar à transmissão de conhecimento ou ao desenvolvimento de habilidades técnicas. Speckhard *et al.* (2018) demonstram a eficácia de programas educativos baseados em contra-narrativas, como os testados com jovens somali-americanos. Esses programas não apenas informam, mas engajam os jovens em diálogos críticos sobre os perigos do extremismo, mostrando que a conscientização pode reduzir significativamente o apelo de ideologias radicais. O estudo revela que, ao criar espaços para discussões abertas e reflexivas, a educação pode funcionar como um antídoto contra a radicalização, especialmente quando aliada a estratégias comunitárias e culturais. Essa abordagem ressalta a importância de ir além do currículo tradicional e adotar métodos que envolvam os jovens emocional e socialmente.

Mwalimu e Muna (2023) ampliam ainda mais essa discussão ao explorar abordagens suaves e não-violentas em escolas no Quênia. O estudo mostra que a criação de ambientes seguros e a promoção da participação comunitária são fundamentais para fortalecer a resiliência contra influências extremistas. Programas que incentivam o diálogo, a mentoria e o engajamento comunitário não apenas previnem a radicalização, mas também reconstróem o tecido social em regiões afetadas por conflitos. Essa perspectiva

reforça que a educação deve ser entendida como um processo holístico, que vai além da sala de aula e se estende para a comunidade, criando redes de apoio que protegem os indivíduos de serem cooptados por grupos extremistas.

Day e Kleinmann (2017) trazem uma contribuição teórica importante ao argumentar que a radicalização muitas vezes ocorre por meio de processos sociais e afetivos, e não apenas ideológicos. Essa visão desafia a noção de que o extremismo é puramente uma questão de ideologia e destaca a importância dos laços sociais no ambiente educacional. Ao promover conexões humanas positivas e fortalecer vínculos comunitários, a educação pode criar barreiras emocionais e sociais que dificultam a adesão a grupos extremistas. Essa abordagem é particularmente relevante em contextos onde a radicalização é impulsionada por sentimentos de exclusão ou marginalização, como no caso discutido por Putri (2022) na Indonésia, onde normas culturais e de gênero desempenham um papel central na eficácia das estratégias antiterrorismo.

O relatório *Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil*, proposto por Dunker *et al.* (2023), apresenta um conjunto de estratégias fundamentais para combater a propagação do discurso de ódio e o extremismo no país. Entre as propostas, destacam-se a promoção da educação e cultura em direitos humanos, o fortalecimento da escola e da universidade como espaços de convivência democrática, a garantia de uma internet segura aliada à educação midiática e a proteção e reparação às vítimas dessas violências. Além disso, o documento enfatiza a importância de dados e pesquisas para embasar políticas públicas eficazes e sugere boas práticas para jornalistas e comunicadores no enfrentamento ao ódio. Essas recomendações, se implementadas, podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, mas levantam questões sobre os desafios práticos e políticos para sua execução, especialmente em um contexto de polarização e fragilidade democrática.

A educação emerge como um pilar central na prevenção do extremismo, atuando em múltiplas dimensões: como promotora de resiliência social, ferramenta de conscientização e espaço para o desenvolvimento de habilidades críticas. A integração de avanços tecnológicos, colaborações entre escolas e comunidades e abordagens sensíveis a fatores como gênero e cultura é fundamental para maximizar seu impacto. Estudos evidenciam que, quando abordada de forma holística e contextualizada, a educação não apenas resiste às narrativas extremistas, mas também constrói sociedades mais resilientes e coesas. Para isso, é essencial combinar o desenvolvimento de pensamento crítico, a promoção de valores democráticos e o fortalecimento de laços sociais, garantindo que as políticas educacionais ofereçam respostas multifacetadas e adaptadas às realidades locais. Essa abordagem reforça a necessidade de investimentos contínuos em iniciativas que reconheçam a complexidade do extremismo e promovam a inclusão e a justiça social.

Colaboração Comunitária: Estratégias de Soft Power

A colaboração comunitária e as estratégias de soft power — definido por Joseph Nye (2004) como a capacidade de influenciar por meio da atração e persuasão, em vez de coerção — desempenham um papel central na prevenção do extremismo, especialmente em contextos onde a desconfiança entre comunidades e governos é prevalente. Essa abordagem enfatiza o uso de cultura, valores políticos e diálogo para construir resiliência social e reduzir a atração por ideologias violentas. Estudos mostram que ações localizadas, baseadas no fortalecimento de vínculos sociais e na construção de confiança, são eficazes na mitigação das vulnerabilidades ao extremismo.

No Quênia, Mwalimu e Muna (2023) destacam o impacto positivo de abordagens não-violentas, que promovem a coesão social e reduzem a influência de grupos extremistas. Essas iniciativas, baseadas no engajamento comunitário e no soft power, oferecem alternativas sustentáveis para lidar com

comunidades afetadas pela radicalização. De forma semelhante, Aldrich e Mahabir (2019) analisam políticas de contra-extremismo descentralizadas em Trinidad e Tobago, ressaltando que a eficácia das estratégias preventivas aumenta quando elas incorporam conhecimentos e práticas locais, adaptando-se às necessidades específicas da comunidade.

A colaboração entre atores locais e instituições governamentais também se mostra fundamental. Puigvert *et al.* (2020) evidenciam como organizações comunitárias podem liderar a prevenção do extremismo juvenil, criando ambientes seguros e promovendo a resiliência social. Essa abordagem é reforçada por Ganesh e Bright (2020), que destacam a importância de integrar estratégias comunitárias à moderação de conteúdo extremista nas redes sociais. Ao equilibrar moderação com engajamento local, é possível criar um ambiente virtual menos propício à disseminação de narrativas radicais.

A hibridização entre espaços digitais e físicos, explorada por Valentini *et al.* (2020), amplia o potencial das estratégias comunitárias. Comunidades podem usar ferramentas digitais para fortalecer laços sociais e promover resiliência contra o extremismo, adaptando-se à realidade dos espaços híbridos. Starr-Deelen e Pazos (2018) complementam essa visão ao enfatizar que a combinação de estratégias descentralizadas com políticas colaborativas permite respostas mais rápidas e adaptativas a desafios regionais.

No Brasil, a ascensão da extrema-direita, analisada por Brito e Reis (2024), evidencia a urgência de estratégias de soft power para combater o extremismo e reconstruir a confiança nas instituições democráticas. A tríade Boi-Bala-Bíblia — que representa o agronegócio, as forças de segurança e o conservadorismo religioso — ilustra como a extrema-direita se apropria de narrativas emocionais e valores tradicionais para mobilizar apoio. Em vez de confrontar diretamente as contradições do sistema capitalista, tal estratégia desloca o debate para uma narrativa de confronto moral, pautada pela ideia de uma ameaça permanente à ordem e aos valores tradicionais. Diante disso, torna-se fundamental o desenvolvimento de contra-narrativas que não apenas desfaçam os dispositivos ideológicos de dominação, mas que também se inscrevam de forma sensível e contextualizada nos imaginários culturais da população.

O ataque de 8 de janeiro de 2023 ao Congresso Nacional exemplifica a capacidade de mobilização da extrema-direita, que utilizou redes sociais e discursos religiosos para justificar ações violentas. Brito e Reis (2024) destacam que a campanha golpista foi marcada por uma forte carga emocional e religiosa, com manifestantes clamando por uma intervenção militar e divina. Essa mobilização não apenas expôs a fragilidade das instituições democráticas, mas também evidenciou a necessidade de estratégias que promovam a coesão social e a resiliência comunitária.

Nesse contexto, o soft power emerge como uma ferramenta essencial. A educação inclusiva, por exemplo, pode ser um pilar central, promovendo valores democráticos e habilidades críticas que ajudem os jovens a resistir a narrativas extremistas. Programas como a Educação para a Cidadania Global (GCED), implementados pela UNESCO, poderiam ser adaptados ao contexto brasileiro, fortalecendo a resiliência social e combatendo a desinformação.

Além disso, o diálogo intercultural e o engajamento comunitário são fundamentais para reconstruir a confiança entre grupos marginalizados e o Estado. Estratégias de soft power, como a promoção de narrativas positivas em plataformas digitais e o apoio a lideranças locais, podem ajudar a desconstruir a retórica antidemocrática e restaurar a confiança nas instituições. Iniciativas que celebrem a diversidade cultural e promovam o diálogo entre diferentes grupos religiosos podem reduzir a atração por ideologias extremistas.

Outro aspecto crucial é o engajamento com grupos religiosos, especialmente evangélicos, que têm sido um dos pilares de apoio da extrema-direita. Brito e Reis (2024) destacam que a extrema-direita no Brasil opera uma antipedagogia que reforça o etnocentrismo e a segmentação de realidades. Para enfrentar essa realidade, é necessário promover leituras teológicas alternativas que contestem as narrativas extremistas e promovam uma visão mais inclusiva da fé. O fenômeno dos desigrejados —

pessoas que deixam as igrejas tradicionais em busca de espiritualidades mais abertas — pode ser uma oportunidade para construir pontes e promover valores democráticos.

No entanto, para que o soft power seja eficaz, é necessário enfrentar também outras dimensões do extremismo no Brasil. A politização das forças de segurança e o movimento armamentista, por exemplo, exigem estratégias que desconstruam a retórica da chamada bancada da bala e promovam políticas de segurança mais inclusivas e menos repressivas. Da mesma forma, a atuação do agronegócio e sua oposição aos direitos indígenas e ambientais demandam iniciativas que fortaleçam a resistência contra a expansão predatória e promovam a proteção dos direitos das populações tradicionais.

Além disso, a apropriação da desobediência civil pela extrema-direita, que justifica ações antidemocráticas como o vigilantismo e a ordem sem lei, precisa ser contestada por meio de narrativas que reforcem os valores democráticos e os direitos humanos. As disputas de gênero, especialmente a instrumentalização da ideologia de gênero por grupos conservadores, também devem ser enfrentadas com estratégias que promovam a igualdade e a inclusão.

Em síntese, as estratégias de soft power oferecem um caminho promissor para enfrentar o extremismo no Brasil, promovendo a inclusão, a coesão social e a resiliência comunitária. No entanto, sua eficácia depende da adaptação às realidades locais e da integração com outras iniciativas, como políticas de segurança pública e reformas institucionais. Ao combater as raízes históricas e culturais do extremismo, essas estratégias podem não apenas resistir às narrativas antidemocráticas, mas também construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Síntese Analítica

O estudo realizado trouxe contribuições significativas para a compreensão das estratégias multidimensionais de prevenção ao extremismo violento, organizadas em cinco eixos principais: estratégias narrativas, dimensão regional, sensibilidade ao gênero, conexão digital-física e colaboração comunitária com estratégias de soft power. A análise das abordagens propostas permitiu identificar padrões de interseção e complementaridade entre os eixos, destacando a necessidade de articulação entre dimensões locais e globais para enfrentar os desafios complexos da radicalização.

As estratégias narrativas demonstraram ser ferramentas essenciais no combate ao extremismo, particularmente quando adaptadas a contextos culturais e sociais específicos. No entanto, sua eficácia está intrinsecamente ligada à dimensão regional, uma vez que desigualdades estruturais, opressões políticas e realidades locais moldam as dinâmicas de vulnerabilidade e radicalização. A personalização de narrativas, como apontado por Beutel *et al.* (2016) e Rossi (2021), deve ser acompanhada de intervenções que considerem as condições regionais específicas, criando soluções mais integradas e sustentáveis. A teoria de Huntington (1997) sobre o Choque de Civilizações ajuda a explicar como narrativas de defesa cultural são utilizadas para justificar políticas extremistas em contextos como a Europa, onde a xenofobia e a crise migratória alimentam a radicalização. Em contraste, no Brasil, o extremismo é mais voltado para a defesa de valores conservadores e a militarização da política, refletindo uma tríade ideológica (Boi-Bala-Bíblia) que combina agronegócio, militarismo e conservadorismo religioso (Brito; Reis, 2024).

A interação entre sensibilidade ao gênero e a hibridização dos espaços digitais e físicos revelou outra faceta importante da prevenção. Mulheres, frequentemente alvos de campanhas de radicalização em ambientes online, exemplificam como questões de gênero estão profundamente conectadas às dinâmicas digitais. Pesquisas como as de Pearson (2015) e Valentini *et al.* (2020) indicam que estratégias eficazes devem integrar intervenções baseadas em gênero e tecnologias digitais, abordando as vulnerabilidades específicas desse público. Além disso, a integração de espaços digitais e físicos exige um equilíbrio ético entre segurança e liberdade de expressão, desafiando governos e empresas a desenvolver políticas que respeitem os direitos civis enquanto enfrentam a disseminação de conteúdos extremistas. A teoria de

Nye (2004) sobre soft power reforça a importância de estratégias persuasivas, como o engajamento comunitário e a educação, para combater o extremismo sem recorrer à coerção.

A dimensão regional também se mostrou intimamente ligada às estratégias de colaboração comunitária. Contextos locais, marcados por desigualdades econômicas e políticas, requerem engajamento comunitário para restaurar a confiança entre populações marginalizadas e o Estado. Estudos como os de Puigvert *et al.* (2020) e Mwalimu e Muna (2023) destacam que iniciativas locais, quando sustentadas por abordagens de soft power, podem ser catalisadoras para prevenir a radicalização e promover resiliência social. No entanto, a dependência excessiva de intervenções locais levanta questões sobre sua escalabilidade e replicabilidade em outros contextos, apontando para a necessidade de políticas que combinem personalização e padronização. A teoria de Fanon (1961) sobre a violência como resposta à opressão colonial oferece uma lente útil para entender como a marginalização histórica e a falta de oportunidades econômicas alimentam o extremismo em regiões como a África e a Ásia, onde conflitos étnicos e desigualdades sociais são catalisadores da radicalização (Harawa, 2024).

A educação emerge como um elemento transversal, conectando todos os eixos analisados. Escolas e universidades têm o potencial de atuar como barreiras contra a radicalização, fornecendo espaços para o diálogo e a conscientização. Estudos como os de Kulidtdod (2019) e Puigvert *et al.* (2020) evidenciam que instituições educacionais podem desempenhar um papel central na promoção de competências críticas e resiliência social, especialmente entre jovens. A integração de práticas educacionais com estratégias narrativas, comunitárias e digitais pode potencializar os esforços preventivos e ampliar seu alcance. A teoria de Gramsci (2004) sobre hegemonia cultural reforça a importância da educação como ferramenta para desconstruir narrativas extremistas e promover valores democráticos.

Apesar das contribuições significativas, desafios persistem, como a dificuldade de medir impactos de longo prazo, a falta de financiamento para iniciativas regionais e educacionais e a resistência política em alguns contextos. Para enfrentar essas limitações, propõe-se o desenvolvimento de frameworks interdisciplinares que integrem os eixos discutidos, além do fortalecimento de parcerias entre governos, comunidades e empresas tecnológicas. Essas iniciativas podem promover uma abordagem mais colaborativa e adaptativa, respeitando as complexidades culturais e sociais de diferentes contextos.

Em síntese, a prevenção do extremismo violento requer um esforço coordenado, multidimensional e sustentável. A interligação de narrativas personalizadas, intervenções regionais, abordagens sensíveis ao gênero, conexões digitais e engajamento comunitário apresenta um caminho promissor para mitigar os fatores de risco associados à radicalização. No entanto, o sucesso dessas iniciativas dependerá da capacidade de construir estratégias inclusivas e integradas, que dialoguem com as demandas locais e globais, promovendo um impacto duradouro e eficaz.

Conclusão

Este estudo explorou abordagens multidimensionais para prevenir o extremismo violento, destacando estratégias narrativas, dimensão regional, sensibilidade ao gênero, conexão digital-física e engajamento comunitário. A análise mostrou que a integração dessas dimensões é essencial para políticas eficazes e sustentáveis, capazes de reduzir riscos e fortalecer a resiliência social. Narrativas personalizadas e intervenções sensíveis ao contexto cultural são fundamentais para desconstruir discursos extremistas, enquanto abordagens regionais consideram desigualdades e contextos locais. A sensibilidade ao gênero protege grupos vulneráveis, e a conexão digital-física traz novos desafios éticos e operacionais. O engajamento comunitário, aliado a estratégias de soft power e educação, promove confiança e inclusão.

Conclui-se que a prevenção do extremismo exige abordagens integradas, combinando dimensões narrativas, sociais, tecnológicas e educacionais. Frameworks interdisciplinares podem embasar intervenções adaptativas e inclusivas, fortalecendo respostas às ameaças emergentes.

O estudo tem limitações. A pesquisa baseou-se em literatura revisada, o que pode introduzir vieses de seleção e sub-representar contextos menos explorados. Além disso, a eficácia de longo prazo das estratégias analisadas é difícil de mensurar, já que muitos estudos focam em resultados imediatos. A operacionalização das dimensões interconectadas também é complexa, especialmente em cenários com recursos limitados ou resistência política.

A rápida evolução tecnológica e das dinâmicas de radicalização digital exige monitoramento constante e abordagens iterativas para evitar a obsolescência das estratégias. Apesar disso, o estudo oferece uma base para pesquisas futuras e políticas públicas, destacando a necessidade de investigações empíricas e adaptativas para enfrentar o extremismo violento.

Referências

ALDERA, Saja; EMAM, Ahmad; AL-QURISHI, Muhammad; ALRUBAIAN, Majed; ALOTHAIM, Abdulrahman. Online extremism detection in textual content: A systematic literature review. **IEEE Access**, v. 9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ACCESS.2021.3064178>. Acesso em: 22 dez. 2024.

ALDRICH, Daniel; MAHABIR, Raghunath. Countering violent extremism in Trinidad and Tobago: An evaluation. **SSRN Electronic Journal**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18502/kss.v3i5.2333>. Acesso em: 22 dez. 2024.

ANIS, Elis Zuliati. Countering terrorist narratives: Winning the hearts and minds of Indonesian millennials. **KnE Social Sciences**, v. 3, n. 5, p. 102–111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18502/kss.v3i5.2333>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BÉLANGER, Jocelyn J.; NISA, Claudia F.; SCHUMPE, Birga M.; GURMU, Tsion; WILLIAMS, Michael J.; PUTRA, Idhamsyah Eka. Do counter-narratives reduce support for ISIS? Yes, but not for their target audience. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 105, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01059>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BEUTEL, Alejandro; WEINE, Stevan M.; SAEED, Aliya; MIHAJLOVIC, Aida Spahic; STONE, Andrew; BEAHR, John Oakley; SHANFIELD, Stephen B. Guiding principles for countering and displacing extremist narratives. **Journal of Terrorism Research**, v. 7, n. 3, p. 1–14, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15664/jtr.1220>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BORELLI, Marguerite. Social media corporations as actors of counter-terrorism. **New Media & Society**, v. 24, n. 3, p. 778–798, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14614448211035121>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva (org.). **Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; LAUT - Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024. Disponível em: https://laut.org.br/wp-content/uploads/2024/12/LAUT-Direitas-radicalismos-e-as-disputas_VERSAO-WEB_FINAL-1-resultado.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

CHOI, Soo-Hyang. **A teacher's guide on the prevention of violent extremism**. Paris: UNESCO, 2016. 46 p. Disponível em: <https://doi.org/10.54675/XRJK7971>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Countering violent extremism and terrorist narratives**. 2021. Disponível em: https://www.un.org/securitycouncil/ctc/sites/www.un.org.securitycouncil.ctc/files/ctc_cted_factsheet_cve_oct_2021.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

DAY, Joel; KLEINMANN, Scott. Combating the cult of ISIS: A social approach to countering violent extremism. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 15, n. 3, p. 14–24, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15570274.2017.1354458>. Acesso em: 22 dez. 2024.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Débora Diniz; SOLANO, Esther; *et al.* **Relatório de Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil**. Coordenação de Camilo Onoda Luiz

Caldas, Manuela Pinto Vieira d'Ávila, Brenda de Fraga Espindula *et al.* 1. ed. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. 85 p. ISBN: 978-65-88137-44-4. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatrioGTdioeExtremismosDigital_30.06.23.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

EBNER, Julia. **Going Dark: The Secret Social Lives of Extremists**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

G1. Novas regras da Meta, dona do Instagram e do Facebook, devem afetar 97% da moderação contra discurso de ódio, diz estudo. **G1 Tecnologia**, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/02/25/novas-regras-da-meta-dona-do-instagram-e-do-facebook-devem-afetar-97percent-da-moderacao-contra-discurso-de-odio-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2025.

GANESH, Bharath; BRIGHT, Jonathan. Countering extremists on social media: Challenges for strategic communication and content moderation. **Policy & Internet**, v. 12, n. 2, p. 168–188, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.236>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GHOSH, Ratna; TIFLATI, Hicham; DHALI, Helal Hossain; MAHMUT, Dilmurat; CHAN, Alice Wai Yee. Social-ecological portrait of two females from Montreal who joined ISIS. **Contemporary Voices**, v. 5, n. 1, p. 56-67, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15664/jtr.1626>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAQ, Hina; SHAHEED, Saad; STEPHAN, Achim. Radicalization through the lens of situated affectivity. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 205, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00205>. Acesso em: 22 dez. 2024.

HARAWA, Masuzgo Chikanje. Protracted war amid Southern African Development Community (SADC) intervention in the Mozambique insurgency. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 18, n. 1, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5897/AJPSIR2023.1461>. Acesso em: 22 dez. 2024.

HENSCHKE, Adam; REED, Alastair. Toward an ethical framework for countering extremist propaganda online. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 45, n. 5, p. 457-479, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1866744>. Acesso em: 22 dez. 2024.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INSTITUTE FOR STRATEGIC DIALOGUE. **Countering Online Hate Speech: A Toolkit**. [S.l.]: ISD, 2021. Disponível em: <https://www.isdglobal.org> Acesso em: 26 out. 2025.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**, 2023. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>. Acesso em: 2 out. 2024.

KORTAM, Marie. Interactions among government actors and civil society organisations to prevent violent extremism in Lebanon. In: BEAUJOUAN, Juline; DUDOUET, Véronique; HALILOVIC-PASTUOVIC, Maja; HÜLZER, Johanna-Maria; KORTAM, Marie; RASHEED, Amjed. **Vulnerability and Resilience to Violent Extremism**. Routledge, 2023. p. 183-194.

KULIDTOD, Zainal Dimaukom. Role of educational institutions in countering radicalization / violent extremism of the youth in Southeast Asia. **Proceedings of the 2019 International Conference on Education and Management Science**, p. 159–167, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2991/coema-19.2019.37>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MITTS, Tamar. Countering violent extremism and radical rhetoric. **International Organization**, v. 75, n. 2, p. 523-555, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818321000242>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MWALIMU, Timothy; MUNA, Wilson. Effects of national government administration soft approaches on countering violent extremism in Garissa County, Kenya. **Journal of Public Policy and Administration**, v. 7, n. 2, p. 97-117, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11648/j.jpaa.20230702.15>. Acesso em: 22 dez. 2024.

NYE, Joseph S. **Soft power: O poder da persuasão na política internacional**. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

ONU, UNITED NATIONS. **Plan of Action to Prevent Violent Extremism: Report of the Secretary-General**. New York, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/counterterrorism/plan-of-action-to-prevent-violent-extremism>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ÖVET, Kerem; HEWITT, James; ABBAS, Tahir. Understanding PKK, Kurdish Hezbollah and ISIS recruitment in Southeastern Turkey. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 45, n. 3, p. 246-266, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2022.2042897>. Acesso em: 22 dez. 2024.

OZAWA, Joao Victor Sato; LUKITO, Josephine; BAILEZ, Felipe; FAKHOURI, Luis Gustavo Pereira. Brazilian Capitol attack: The interaction between Bolsonaro's supporters' content, WhatsApp, Twitter, and news media. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-137>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PEARSON, Elizabeth. The case of Roshonara Choudhry: Implications for theory on online radicalization, ISIS women, and the gendered jihad. **Policy & Internet**, v. 7, n. 1, p. 36-55, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.101>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PUIGVERT, Lúdia; AIELLO, Emilia; OLIVER, Esther; RAMIS-SALAS, Mimar. Grassroots community actors leading the way in the prevention of youth violent radicalization. **PLOS ONE**, v. 15, n. 10, e0239897, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239897>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PUTRI, Devita Kartika. The urgency of a gender-based approach to counter terrorism in Indonesia: A look into the European policies. **Jurnal Ilmiah Hukum LEGALITY**, v. 30, n. 2, p. 187-204, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22219/ljih.v30i2.21256>. Acesso em: 22 dez. 2024.

ROSSI, Francesco. Vulnerabilidad, propaganda terrorista online y reclutamiento en el contexto del terrorismo internacional. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, v. 23, p. 105-122, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/rdpc.23.2020.28098>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SAUVAYRE, Romy. Dissemination of a "fake miracle cure" against COVID-19 on Twitter: the case of chlorine dioxide. **Social Sciences**, v. 12, n. 6, p. 320, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci12060320>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SAVONA, E. PROTON. **Modelling the Processes Leading to Organised Crime and Terrorist Networks**. Brussels: European Commission, 2016.

SHAFIEIOUN, Delaram; HAQ, Hina. Radicalization from a societal perspective. **Frontiers in Psychology**, v. 14, p. 119728, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1197282>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SPECKHARD, Anne; ELLENBERG, Molly; IZADI, Neima. Hypertargeting Facebook profiles vulnerable to ISIS recruitment with "Breaking the ISIS Brand" counter narrative video clips in multiple Facebook campaigns. **Journal of Human Security**, v. 16, n. 1, p. 16-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12924/johs2020.16010016>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SPECKHARD, Anne; ELLENBERG, Molly. Breaking the ISIS brand counter narrative Facebook campaigns in Europe. **Journal of Strategic Security**, v. 13, n. 3, p. 63-88, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5038/1944-0472.13.3.1844>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SPECKHARD, A.; SHAJKOVCI, A.; AHMED, M. Intervening in and preventing Somali-American radicalization with counter narratives: Testing the Breaking the ISIS Brand Counter Narrative videos in American Somali focus group settings. **Journal of Strategic Security**, v. 11, n. 4, p. 14–22, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26627192>. Acesso em: 22 dez. 2024.

STARR-DEELEN, Donna; PAZOS, Patricia. Countering violent extremism and deradicalization: Comparative study of Spain, Belgium, and the USA. **SSRN Electronic Journal**, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3201183> . Acesso em: 22 dez. 2024.

SZMUDA, Tomasz; ALI, Shan; HETZGER, Tarjei Vevang; ROSVALL, Philip; SŁONIEWSKI, Paweł. Are online searches for the novel coronavirus (COVID-19) related to media or epidemiology? A cross-sectional study. **International Journal of Infectious Diseases**, v. 97, p. 386-390, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijid.2020.06.028>. Acesso em: 22 dez. 2024.

VALENTINI, Daniele; LORUSSO, Anna Maria; STEPHAN, Achim. Onlife extremism: Dynamic integration of digital and physical spaces in radicalization. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 52, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00524>. Acesso em: 22 dez. 2024.

Tiago Andrade é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso). É o autor principal deste artigo. Responsável pela concepção e estruturação do estudo, elaborou a fundamentação teórica, desenvolveu a análise crítica da literatura, redigiu integralmente o manuscrito e realizou a revisão da versão em língua estrangeira.

Maria Cristina Gobbi é pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio. Contribuiu de forma decisiva na construção e aprofundamento da abordagem teórica, oferecendo sugestões críticas, revisão textual e apoio na consolidação da versão final do artigo, garantindo rigor conceitual e coesão argumentativa.